

SEGURANÇA PÚBLICA

Paralisação durou nove dias. Expectativa da categoria é de que reajuste salarial seja publicado hoje em edição extraordinária do *Diário Oficial*. Legistas serão convocados para liberar corpos acumulados no IML

Greve dos policiais chega ao fim

LEANDRO BISA

DA EQUIPE DO CORREIO

Em meio ao trânsito lento do início da noite na Esplanada dos Ministérios, os policiais civis do Distrito Federal decidiram encerrar a greve que já durava nove dias. Reunidos em assembléia realizada em frente ao Congresso, cerca de 350 agentes concordaram com a proposta do sindicato da categoria (Sinpol) de retornar ao trabalho imediatamente. Os policiais, no entanto, suspenderam o movimento sem que a medida provisória com o aumento salarial tenha sido assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Pela legislação eleitoral, reajustes não podem ser dados a menos de 90 dias do pleito. E o prazo limite terminou às 23h59 de ontem. A categoria está em estado de alerta e, caso o documento não seja publicado em edição extraordinária do *Diário Oficial da União* hoje, uma nova assembléia será convocada.

Ontem, após uma manhã inteira de reuniões entre técnicos da polícia, do Governo do Distrito Federal (GDF) e da União, a proposta do Ministério do Planejamento de conceder o reajuste salarial em forma de subsídio acabou aceita. O aumento vai variar entre 18% e 32%, dependendo da classe e do tempo de serviço do policial, e será concedido a partir de 1º de setembro.

O presidente do Sinpol, Wellington Sousa, e o presidente licenciado do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil (Sindepoc),

Edilson Rodrigues/CB



CERCA DE 350 POLICIAIS CIVIS VOTARAM PELO FIM DA GREVE, DURANTE ASSEMBLÉIA EM FRENTE AO CONGRESSO

Mauro César Lima, prometeram que agentes e delegados vão fazer trabalho extra até normalizar o serviço acumulado nos últimos dias. Os médicos legistas serão convocados para acelerar a liberação dos corpos no Instituto de Medicina Legal (IML), as visitas ao Complexo Penitenciário da Papuda serão prolongadas e os investigadores, que trabalham entre 12h e 19h, adiantarão o serviço atrasado no período da ma-

nhã, e as pessoas que precisam registrar ocorrências já podem procurar as delegacias.

Recomendações

Os policiais estão confiantes de que a medida provisória será assinada e classificam como remota a necessidade de se convocar uma assembléia extraordinária. "O (suplente de deputado federal) Wasny de Roure e a governadora Maria de Lourdes Abadia es-

tão em contato freqüente com a Casa Civil da Presidência da República. Eles receberam a garantia de que o reajuste vai sair a tempo", afirmou Sousa.

No início da greve, o Núcleo de Investigações e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do DF enviou documento à Polícia Civil com uma série de recomendações. Eles pediram que os casos de flagrantes fossem registrados, o cumpri-

mento de mandados de prisão e alvarás de soltura, a realização de exames de corpo e delito, a tramitação normal dos inquéritos policiais com indiciados presos e a execução de exames de local em caso de acidentes com vítimas.

O comando da greve afirmou que as exigências do Ministério Público foram cumpridas. Porém, houve quem reclamou de não ter conseguido fazer exames de corpo e delito no IML e a perí-

cia em acidentes. Além disso, os delegados decidiram suspender a tramitação dos inquéritos.

Além dos policiais civis, os bombeiros e policiais militares do DF também aguardam o reajuste. Segundo a secretária de Gestão Administrativa, Cecília Landim, os militares receberão aumento que varia entre 19% e 31%, dividido em duas parcelas. A primeira será retroativa 1º de março. A segunda será aplicada em setembro.